



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. ____/2023.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **pessoa jurídica especializada para execução de obra de engenharia**, consistente na **implantação de sistema de drenagem pluvial no Córrego Satiko, no Município de Bandeirantes/PR**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL NO CÓRREGO SATIKO, NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR	1,00%	R\$ 217.862,69 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta e nove centavos)

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 365 (dias) contados do(a) assinatura do contrato na forma do artigo 404 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **[ANO]**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: NÃO CONTEMPLA

II) Data de publicação no PNCP: NÃO CONTEMPLA

III) Id do item no PCA: SO0221

IV) Classe/Grupo: 3 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

V) Identificador da Futura Contratação: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL NO CÓRREGO SATIKO, NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A solução adotada para atendimento da necessidade da Administração consiste na execução de obra de engenharia destinada à implantação de sistema definitivo de drenagem pluvial no trecho aproximado de 25 metros do Córrego Satiko, no Município de Bandeirantes/PR, mediante contratação de pessoa jurídica especializada, selecionada por meio de processo licitatório, responsável pela execução integral dos serviços. A descrição detalhada da solução, bem como os fundamentos técnicos e econômicos que embasaram sua escolha, encontram-se **pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar – ETP**, que integra o presente Termo de Referência como **apêndice**, nos termos do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023.

Conforme demonstrado no ETP, a solução contempla a implantação de **sistema fechado de drenagem pluvial por meio de aduelas pré-moldadas de concreto armado**, associada à execução de todos os serviços



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

complementares necessários ao pleno funcionamento da infraestrutura, incluindo, dentre outros, serviços preliminares, sinalização provisória, remoções e demolições, escavações, terraplenagem, transporte e disposição de materiais, regularização e compactação de solo, execução de base e sub-base, aplicação de mantas geotêxteis, execução de poço de visita, armações, concretagens e acabamentos finais.

Sob a ótica do **ciclo de vida do objeto**, a solução foi concebida como **infraestrutura permanente**, com expectativa de longa durabilidade, baixa necessidade de manutenção corretiva e desempenho compatível com as condições hidráulicas e estruturais previstas em projeto. A adoção de solução estrutural definitiva visa eliminar a recorrência de intervenções paliativas, reduzindo custos futuros de manutenção, riscos operacionais e impactos administrativos, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos ao longo do tempo.

A especificação do produto e dos serviços observa integralmente as **normas técnicas aplicáveis**, em especial as normas da ABNT, bem como as diretrizes constantes dos projetos, memoriais descritivos e orçamento de referência, assegurando resistência, estabilidade, segurança, funcionalidade e desempenho adequado do sistema de drenagem implantado.

Dessa forma, a solução descrita atende de maneira integral à necessidade identificada, demonstrando aderência aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme amplamente fundamentado no Estudo Técnico Preliminar que subsidia o presente Termo de Referência.

3.2. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos, no que couber, os seguintes requisitos, **os quais decorrem diretamente dos impactos ambientais identificados no Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência**, e se fundamentam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**:

4.1.1. Considerando que o ETP identificou a possibilidade de impactos temporários relacionados à movimentação de solo, escavações e terraplenagem, a execução da obra deverá adotar medidas de controle de erosão e contenção de sedimentos, de modo a evitar o carreamento de materiais para o leito do córrego e a ocorrência de assoreamento.

4.1.2. Em razão da geração de resíduos sólidos decorrentes das atividades de escavação, demolição e sobras de insumos, conforme apontado no ETP, os resíduos deverão ser devidamente segregados, acondicionados, transportados e destinados a locais ambientalmente licenciados, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.3. Considerando o enfoque no ciclo de vida do objeto adotado no ETP, deverão ser priorizados materiais, componentes e soluções construtivas com maior durabilidade e desempenho, de modo a reduzir a necessidade de manutenções corretivas futuras e os impactos ambientais associados à repetição de intervenções ao longo do tempo.

4.1.4. Tendo em vista os riscos ambientais identificados no ETP quanto ao uso de máquinas e equipamentos, a contratada deverá adotar boas práticas operacionais e de manutenção, visando à redução de emissões atmosféricas, ruídos excessivos e consumo desnecessário de combustíveis, bem como à prevenção de vazamentos de óleos, graxas ou outros contaminantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

4.1.5. Em consonância com o ETP, a eventual supressão de vegetação deverá ser limitada ao mínimo indispensável à execução da obra, devendo ser adotadas medidas de proteção das áreas adjacentes e observadas, quando aplicáveis, as autorizações e condicionantes ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

4.1.6. Conforme destacado no Estudo Técnico Preliminar, a implantação da solução definitiva de drenagem pluvial deverá gerar impactos ambientais positivos de médio e longo prazo, especialmente pela redução de processos erosivos, assoreamento e transbordamentos, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental do curso d'água e para a maior resiliência da infraestrutura urbana.

Subcontratação

4.1.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.1.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.1.8. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 dias, contados do(a) da assinatura da ordem de serviço, em remessa única.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (15) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: ENTRE OS LOTES 1 E 20 DA QUADRA 8 - RUA MOACYR CASTANHO e RUA SEBASTIÃO FARIAS.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia contratual da obra será de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo a solidez e segurança estrutural da construção, conforme o artigo 618 do Código Civil e a NBR 15575.

5.6.3. Durante o período de garantia, a contratada será integralmente responsável por reparar, corrigir, refazer ou substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer partes, materiais ou serviços que apresentem defeitos, falhas de execução, vícios ocultos ou desempenho inferior ao previsto nas normas técnicas.

5.6.4. Uma vez notificada pela fiscalização, a contratada deverá iniciar as correções ou reparos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, concluindo-os no menor tempo tecnicamente possível, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

5.6.5. A garantia contratual é independente do prazo de vigência do contrato, subsistindo mesmo após seu encerramento formal e podendo ensejar aplicação de penalidades em caso de descumprimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 163).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 11, §1º);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, II);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, §7º).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 201 do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.12.1. Realizar o acompanhamento sistemático da execução física da obra, mediante vistorias técnicas periódicas “in loco”, confrontando os serviços efetivamente executados com os **itens, descrições, unidades de medida, quantitativos e etapas previstos na planilha orçamentária**, nos projetos e nas especificações técnicas, certificando que cada serviço executado corresponde exatamente ao item contratado.

6.12.2. Verificar, antes da aprovação de qualquer medição, a **aderência dos quantitativos medidos aos quantitativos orçados**, observando limites contratuais, critérios de medição definidos no Termo de Referência e compatibilidade com o cronograma físico-financeiro, vedada a medição de serviços não previstos ou executados em desconformidade com o orçamento de referência.

6.12.3. Analisar a correta execução das **etapas construtivas sequenciais previstas na planilha orçamentária**, especialmente no que se refere a serviços preliminares, escavações, terraplenagem, execução da estrutura de drenagem, assentamento das aduelas, execução de poço de visita e serviços finais, impedindo a medição de etapas posteriores sem a conclusão satisfatória das etapas antecedentes.

6.12.4. Conferir a correspondência entre os **custos unitários contratados** e os serviços executados, assegurando que a aplicação de Benefício e Despesas Indiretas – BDI, inclusive quando diferenciado, observe estritamente os critérios previstos no contrato, sendo vedada a alteração unilateral de composições ou preços unitários durante a execução.

6.12.5. Exigir da contratada a apresentação de registros técnicos, relatórios, ensaios, controles de qualidade e demais documentos comprobatórios necessários à validação dos serviços executados, especialmente aqueles relacionados a concretagens, compactação de solo, assentamento de aduelas e demais elementos estruturais constantes da planilha orçamentária.

6.12.6. Registrar formalmente no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução da obra, incluindo divergências entre projeto e execução, ajustes determinados pela fiscalização, atrasos, paralisações, reprogramações do cronograma e impactos nos quantitativos ou nas medições previstas.

6.12.7. Impedir a medição e o pagamento de serviços executados em desconformidade com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis ou planilha orçamentária, determinando a correção dos serviços às expensas da contratada antes de qualquer atesto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.12.8. Verificar, de forma contínua, a compatibilidade entre a evolução física da obra e os valores financeiros medidos, com o objetivo de evitar distorções entre avanço físico e desembolso financeiro, garantindo a fidedignidade do cronograma físico-financeiro.

6.12.9. Fiscalizar a correta execução dos serviços quanto às condições de segurança do trabalho, proteção ambiental e sinalização da obra, especialmente nos serviços previstos na planilha orçamentária que envolvam escavações, movimentação de solo, uso de equipamentos pesados e intervenções em áreas urbanas, exigindo a imediata regularização de eventuais não conformidades.

6.12.1 Fiscal do contrato: **LEONARDO ANDRÉ ROSSATO**

6.12.2 Fiscal Administrativo: **THAYANE FRANCYELLE CUNHA MARTINS**

6.13. Gestor do contrato: AMANDA FREZZATO CATELAN

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

7.1. Os serviços/obras serão recebidos **provisoriamente**, mediante **termo circunstanciado**, ao final da execução ou de cada etapa contratualmente definida, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com os projetos, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis ou planilha orçamentária, devendo ser corrigidos ou refeitos pela contratada, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.3. O recebimento definitivo da obra ocorrerá no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contado da data do recebimento provisório, após a verificação da execução integral do objeto, da qualidade dos serviços, do atendimento às especificações técnicas e da inexistência de pendências, formalizado mediante **termo detalhado de recebimento definitivo**.

7.4. Quando a complexidade da obra ou a necessidade de avaliações técnicas assim exigir, o prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, para a realização de diligências destinadas à aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente em relação à qualidade, quantidade ou extensão dos serviços executados, deverá ser observado o disposto no § 4º do art. 39 do Decreto Municipal nº 3.537, de 09 de maio de 2023, permitindo-se a emissão de nota fiscal correspondente à **parcela incontroversa**, para fins de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para saneamento, pela contratada, de inconsistências na execução dos serviços ou de irregularidades na documentação fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança e funcionalidade da obra, nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do objeto, nos prazos legais e contratuais aplicáveis.

Liquidação

7.8. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestada pela fiscalização, correrá o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período, quando necessário, conforme a legislação aplicável.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento equivalente contém todos os elementos essenciais, incluindo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- a) data de emissão;
- b) identificação do contrato e do órgão contratante;
- c) período ou etapa da execução a que se refere a medição;
- d) valor correspondente aos serviços efetivamente executados e atestados;
- e) destaque das retenções tributárias cabíveis, quando aplicável.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até a regularização, reiniciando-se o prazo após o saneamento, sem ônus para a Administração.

7.11. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, mediante consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação e a inexistência de impedimentos à contratação com o Poder Público.

7.13. Constatada irregularidade fiscal, a contratada será notificada para regularização ou apresentação de defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração.

7.14. Persistindo a irregularidade, serão adotadas as providências administrativas cabíveis, inclusive para eventual rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contado a partir do atesto da nota fiscal correspondente à medição aprovada, nos termos do art. 35, parágrafo único, do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

7.16. Em caso de atraso imputável à Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo índice **IPCA**, entre o termo final do prazo de pagamento e a data do efetivo pagamento.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela contratada.

7.18. Considera-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

7.19. No ato do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

7.19.1. Independentemente dos percentuais indicados na planilha orçamentária, serão observadas as retenções legalmente exigíveis no momento do pagamento.

7.20. A contratada optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove, por meio de documentação oficial, o enquadramento e a regularidade da opção.

7.21. Os preços contratados e os pagamentos efetuados observarão estritamente a **lógica de mercado**, sendo fixados com base em referências oficiais, na realidade praticada pelo setor de obras e serviços de engenharia e nas condições efetivamente ofertadas no procedimento licitatório, **não havendo qualquer distinção, favorecimento ou tratamento diferenciado entre empresas**, assegurados os princípios da **isonomia, impessoalidade, competitividade, economicidade e julgamento objetivo**.

7.22. A Administração realizará os pagamentos exclusivamente com base nos **preços unitários contratados e nos serviços efetivamente executados e medidos**, conforme planilha orçamentária, medições aprovadas e critérios definidos no Termo de Referência, vedada a adoção de critérios subjetivos, discricionários ou estranhos ao contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.23. Eventuais reajustes, revisões ou reequilíbrios econômico-financeiros, quando legalmente cabíveis, observarão critérios objetivos, transparentes e uniformes, aplicáveis a qualquer contratado que se encontre em situação equivalente, em consonância com a legislação vigente e com as práticas usuais do mercado.

Antecipação de pagamento

7.24. 7.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na legislação aplicável, conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Exigências de habilitação

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[MM42]

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional (escrever por extenso, se o caso), em plena validade;

8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.31.2 Capacidade técnico-profissional

(art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

8.31.3. Apresentação de **profissional de nível superior legalmente habilitado**, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, **detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica** por execução de obra ou serviço de engenharia de **características semelhantes** às do objeto da contratação.

8.31.3 O(s) atestado(s) técnico-profissional(is) deverá(ão) estar acompanhado(s) da respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART**, ou documento equivalente, devidamente registrado no conselho profissional competente.

8.31.4 O vínculo do profissional com a empresa licitante deverá ser comprovado por meio de contrato social, registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou declaração formal de vínculo técnico, nos termos da legislação vigente.

8.31.5 Capacidade técnico-operacional

(art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Para fins de atendimento ao disposto no **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, a exigência de atestados de capacidade técnico-operacional **restringe-se exclusivamente às parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo do objeto**, assim consideradas aquelas que possuam **valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento)** do valor total estimado da contratação, conforme demonstrado na planilha orçamentária que integra o processo.

Observado o disposto no **§2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, será admitida a exigência de quantitativos mínimos **limitados a até 50% (cinquenta por cento)** das parcelas de maior relevância identificadas, vedadas exigências de obra idêntica, de tempo mínimo de execução ou de local específico, sendo admitida a comprovação por meio de **um ou mais atestados**, isolada ou conjuntamente.

Com base na análise da planilha orçamentária da contratação, identifica-se como **parcela de maior relevância técnica e valor significativo** o item a seguir:

Parcela de Maior Relevância	Item da Planilha Orçamentária	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade Total Contratada	Percentual do Valor Total	Quantidade Mínima a Comprovar (50%)
Estrutura principal de drenagem pluvial	3.1.4	Aduela / galeria fechada pré-moldada de concreto armado, seção interna 1,50 m x 1,50 m, incluindo fornecimento e assentamento	Metro	25,00	76,77%	12,50 m



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.31.6 Complemento técnico

A comprovação de experiência em **demais serviços integrantes da obra**, tais como escavações, movimentação e compactação de solo, execução de bases, reaterros, poços de visita e serviços complementares de infraestrutura urbana, **poderá ser exigida por meio de atestados de similaridade técnica, sem imposição de quantitativos mínimos**, por se tratarem de itens que, individualmente, **não atingem o patamar de 4% do valor total da contratação**, em estrita observância ao §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.31.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32 Justificativa da não participação de consórcio

8.32.1 Acerca dos Consórcios este Município informa que a conveniência de admitir a participação dos mesmos em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, conforme artigo 14 e 15 da Lei n.º 14.133/21.

Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

8.33 Justificativa da não participação de Cooperativas

8.33.1 A exclusão de cooperativas como participantes do processo licitatório fundamenta-se nas seguintes razões:

Aspectos Legais: As cooperativas são regidas por normas específicas (Lei nº 5.764/1971) e possuem características jurídicas e tributárias próprias que podem gerar desequilíbrios em relação aos demais concorrentes.

Vínculos Trabalhistas: A vedação de vínculos empregatícios entre cooperados e cooperativas (art. 442 da CLT) pode inviabilizar a execução de atividades que demandem relações formais de trabalho.

Capacidade Técnica e Operacional: Muitas cooperativas não atendem plenamente aos critérios técnicos exigidos para a execução de serviços de maior complexidade, comprometendo a eficiência da contratação.

A medida visa assegurar a legalidade, isonomia e qualidade na execução contratual, em consonância com os princípios da Administração Pública.

8.34 Participação MEI, ME e EPP.

8.34.1 Em razão do valor do objeto licitado, que ultrapassa o limite de faturamento anual das MEI não serão permitidas suas participações nesse processo licitatório.

8.34.2 As ME e as EPP serão permitidas no processo licitatório, e terão participação privilegiada, sendo garantido a elas, preferência em caso de empate, conforme disposto no Decreto Municipal 3537/23 art. 116.

8.34.3 . As ME e EPP deverão respeitar os limites previstos no art. 111,§2, do Decreto Municipal, para serem beneficiárias da participação privilegiada

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO]

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 217.862,69 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na em anexo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
10.2. A Contratação será atendida pela Seguinte Dotação-Fonte:		345-0000	
I)	Gestão/Unidade:	9002	DEPARTAMENTO DE PROJETOS
II)	Fonte de Recursos:	0000	RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
III)	Programa de Trabalho:	468	INFRAESTRUTURA URBANA
IV)	Elemento da Despesa:	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES
V)	Plano Interno:	2.468	INFRAESTRUTURA URBANA

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
10.2. A Contratação será atendida pela Seguinte Dotação-Fonte:		345-0511	
I)	Gestão/Unidade:	9002	DEPARTAMENTO DE PROJETOS
II)	Fonte de Recursos:	0511	TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
III)	Programa de Trabalho:	468	INFRAESTRUTURA URBANA
IV)	Elemento da Despesa:	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES
V)	Plano Interno:	2.468	INFRAESTRUTURA URBANA

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bandeirantes, 03 de Fevereiro de 2026

AMANDA FREZZATO CATELAN
Secretária de Obras, Serviços e Desenvolvimento Urbano
CAU A235937-5
Portaria 15.278/2025